

No momento em que se constata um aumento da migração para o Distrito Federal e o crescimento do número de invasões na cidade, ganha força o debate em torno do problema da moradia e da definição de políticas públicas para o

setor. Estes são os temas abordados pelos líderes do PT e do PMDB na Câmara Legislativa, respectivamente Eurípedes Camargo e Tadeu Filippelli, e pela diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do

DF, Alexandra Reschke. Eurípedes Camargo defende que uma política pública para a moradia deve contemplar todas as classes sociais e faixas de renda, sem privilégios. Tadeu Filippelli avalia o Programa de Assentamento para

População de Baixa Renda, adotado durante o Governo Roriz, como o maior programa habitacional desenvolvido no País após a desativação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Já Alexandra Reschke ressalta que, para se

compreender a questão das invasões, é necessário ter em mente que a ocupação da terra não é uma questão restrita ao DF ou à atualidade e lembra que a maioria das cidades satélites surgiu a partir de invasões.

ALEXANDRA RESCHKE

Construindo a Cidade Legal

O Governo Democrático e Popular, no que diz respeito à política habitacional, sempre teve em mente o compromisso com o direito à moradia e traçou, como caminho para a obtenção deste direito, a organização e a parceria.

Brasília, apesar da sua modernidade e do seu plano de ser cidade capaz de promover a integração do País, não pode ser vista, em momento algum, como um caso único dentro do panorama brasileiro. A migração, fortemente agravada pelo empobrecimento, é um fenômeno nacional - e continuará sendo, enquanto a política econômica concentradora de rendas não for modificada.

As ocupações irregulares existentes no Distrito Federal são uma questão que o Governo Democrático e Popular sabe que tem que encarar de frente. Estas ocupações são uma alternativa precária de moradia e devem ser vistas como expressão do déficit habi-

tacional do País. Mas estamos conscientes de que estas moradias são também uma fonte de desequilíbrio do meio-ambiente e do uso da terra, quadro agravado pelo empobrecimento da população e pela multiplicação dos excluídos.

Assim, para compreendermos a questão das invasões, é preciso ter a consciência de que a ocupação da terra não é questão restrita ao Distrito Federal e muito menos aos dias de hoje. Vale a pena lembrar que a maior parte das cidades-satélites nasceram a partir do recurso da invasão da terra. É este o caso de Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, por exemplo. O fato de o Distrito Federal ser detentor de dois terços da terra, ao invés de ser uma oportunidade de solução, foi gerador de problemas, pela própria ausência de políticas habitacionais com opções para as classes de baixa renda e de renda média.

Fazer com que cada área cumpra a



Sheyla Leal

sua função social e evitar toda e qualquer invasão (de pobres ou de ricos), eis a meta deste Governo e a nossa Política Habitacional traz oportunidades de atendimento às diferentes demandas.

A regularização dos novos bairros

e a criação de novas áreas, como o Sudoeste e Noroeste, promovidas pela Terracap, parcerias com as projeções do Idhab e outras ações, criam oportunidades para a classe média.

O Programa Morar Legal, que está regularizando os assentamentos, os condomínios de baixa renda, através da ação conjunta entre o IPDF, a Terracap, o Idhab e outros órgãos, e está dando solução para ocupações irregulares históricas, irá beneficiar 150 mil famílias. Hoje, o Idhab está publicando três editais de licitação, que prevêem materiais de construção a ser utilizados para a construção em mutirão de cerca de 800 casas, no Recanto das Emas e no Riacho Fundo, junto com famílias atualmente moradoras de áreas extremamente degradadas.

Através da Sub-secretaria das Administrações Regionais, em conjunto com o Siv-Solo/Secretaria de Segurança Pública, foi elaborado um

plano de implementação da fiscalização e da vigilância do Distrito Federal, articulando diversos órgãos da administração pública, garantindo um acompanhamento sistemático das áreas críticas, o que permitirá um controle efetivo dessas áreas.

Estes trabalhos levam em consideração a certeza de que o problema que temos que enfrentar não é nem o migrante nem o invasor. O problema que deve ser enfrentado com maturidade e eficiência é o atual sistema em que vivemos, pelo qual somos inteiramente responsáveis. Se o Governo tem, como responsabilidade, garantir a defesa da área pública, ele tem que garantir a inclusão do excluído na nossa sociedade e, portanto, na Cidade Legal.

■ Alexandra Reschke é presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF

TADEU FILIPPELLI

Desafio para grandes estadistas

Criticado pelo atual governo e por alguns setores da elite brasileira, o Programa de Assentamento para População de Baixa Renda (1989-1994) foi, sem dúvida, o maior programa habitacional já implantado no País após a desativação do BNH - Banco Nacional da Habitação.

O Distrito Federal, durante o governo Roriz, foi a primeira unidade da Federação que teve a coragem de enfrentar o desafio de dar moradia digna à população de baixa renda. Foi o programa de assentamentos que, além de conceder cidadania a milhares de famílias, proporcionou uma das maiores revoluções urbanas já vista, ordenando a ocupação do solo no Distrito Federal e erradicando favelas, principalmente do Plano Piloto. Até mesmo seus maiores críticos reconhecem - em sua consciência e alheios a interesses político-ideológicos - que Brasília hoje teria mais conflitos sociais que o Rio de Janeiro caso não se efetivasse o programa de assentamento.

Quem não se lembra que em Brasília havia 62 favelas? Quem não se recorda da "Invasão do Ceub", com mais de três mil barracos numa área nobre da cidade? E da Boca da Mata, da 310 Norte, da Telebrasilândia e tantas outras? Quem já se esqueceu dos barracos crescendo ao lado de

suas residências, da ocupação dos fundos de quintais onde moravam até dez famílias, da utilização irregular dos solos e das invasões das passagens subterrâneas? Como seria a relação do Governo Federal e do próprio GDF com os movimentos populares de hoje, como os sem-terra e sem-teto em suas marchas sobre Brasília, se todas aquelas invasões vizinhas aos Poderes da República ainda existissem e apoiassem tais manifestações? Certamente Brasília, a Capital do País, estaria mergulhada em sangue e violência.

A seriedade e a gravidade da situação à época, intensificada pela ausência de uma política habitacional nacional, não sugeria outra alternativa senão aquela implementada por Roriz, ou seja, a fixação e, na impossibilidade desta, a remoção, a transferência e a erradicação das favelas. Ao implantar um sistema harmônico com as diretrizes de ocupação do solo estabelecidas pelos planos diretores do DF e pelos estudos de impacto ambiental, o alarmante déficit habitacional foi amenizado, atendendo a uma demanda de aproximadamente 100 mil famílias.

Tudo o programa foi minuciosamente planejado para ser implementado em diversas etapas. Vale observar que as cidades não nascem com



Elson Soares

infra-estrutura completamente implantada. Não se pode dispor de água, luz e asfalto quando não se tem onde morar. Entretanto, de posse de um endereço, pode-se usar da cidadania e reivindicar a infra-estrutura desejada. Um dos exemplos é o antigo assentamento e hoje cidade do Paranoá, praticamente com toda a infra-estrutura implantada. Samambaia, Riacho Fundo, Areal e outros que receberam a maioria dos assentados também podem ser parâmetros. Depois de pouco mais de sete anos, um simples lote naqueles assentamentos corresponde hoje ao dobro

do preço de cidades satélites mais antigas, que detêm maior infra-estrutura.

Os assentamentos, planejados como verdadeiras cidades, não demoraram a atingir sua maturidade. Todos possuem áreas destinadas não apenas para a habitação, mas também para escolas, lazer, comércio, saúde, cultura e segurança pública, além de setores específicos para atividades econômicas de maior envergadura (tanto industriais como comerciais). É necessário que se invista e crie oportunidades para geração de emprego e renda nestas cidades.

O programa também primou pela criatividade, principalmente por não utilizar recursos públicos tradicionalmente empregados na construção de moradias populares. Vale lembrar que durante a sua existência, o BNH se vangloriava de fomentar a habitação para o trabalhador, mas na prática quem financiava as construções eram eles próprios, já que os recursos eram oriundos do fundo de garantia dos próprios trabalhadores - o FGTS. O Programa de Assentamento rompeu com esta cadeia, quando passou a contar com o potencial dos próprios beneficiados na produção das habitações, quando foi dado à comunidade o ponto de partida: o lote.

A coragem de outrora falta ao

atual governo, que se intitula democrático e popular, protetor das camadas carentes da sociedade. O grande programa habitacional do Governo do PT foi a primeira oficialização do País de uma invasão - a Estrutural. Hoje também não existe controle sobre as ocupações irregulares, além de presenciarmos a volta do crescimento desordenado e a proliferação de novas ocupações. Raras são as pontes e viadutos que hoje não abrigam famílias.

O que fazer? O mínimo que se espera do Governo do PT, que assumiu publicamente compromissos de reformas sociais, é priorizar o atendimento aos assentamentos. Afinal, eles representam a maior reforma urbana já feita neste País, traduzida num movimento tão pacífico, ordeiro e vitorioso que deveria servir de modelo até mesmo para a Reforma Agrária.

Por certo, a história mostrará às futuras gerações a importância e a oportunidade do programa de assentamento do Governo Roriz. A próxima meta é outro desafio, que necessita da coragem de outrora, ou seja, o já prometido combate ao desemprego, que hoje atinge a 150 mil pessoas. O resto virá naturalmente.

■ Tadeu Filippelli é líder do PMDB na Câmara Legislativa

EURÍPEDES CAMARGO

Uma política habitacional para o DF

O Distrito Federal chega ao final deste século com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes quando a previsão feita pelos planejadores há 40 anos era de um total de 500 mil moradores. O fenômeno social e econômico que a mudança da capital para o centro do País produziu surpreendeu a todas as estimativas dos governantes e a própria sociedade no DF. Diante de todos um problema complexo e com repercussões sobre o ordenamento social e territorial. Que política habitacional o Governo do Distrito Federal deve seguir?

Minha trajetória como integrante dos movimentos sociais e como detentor de um mandato popular tem se voltado para a defesa das políticas públicas, em especial, no campo fundiário e na questão habitacional. Ao longo das três últimas décadas, os movimentos pela moradia em todo o Brasil e também aqui no DF têm discutido alguns pontos de honra que, entendemos, devem figurar em qualquer política

governamental séria para a área.

Em primeiro lugar, a política pública para a moradia deve contemplar todas as classes sociais e faixas de renda e nunca privilegiar uns em detrimento de outros, promovendo a especulação imobiliária e conseqüentemente a expulsão de famílias de menor poder aquisitivo para áreas cada vez mais distantes do centro, inclusive de seus locais de trabalho.

Segundo, o Governo deve considerar as possibilidades de cada faixa de renda para efeito de definir valores e total de prestações para o pagamento de lotes. Isso evitaria o clientelismo, sem prejudicar as famílias de baixa renda. Terceiro, o GDF deve levar em conta tanto o crescimento vegetativo quanto o fenômeno das migrações. Mas é claro que o primeiro deve ter prioridade. É importante que os filhos desta terra tenham condições de constituir família e de morar decentemente no local onde nasceram.

Quarto, uma política habitacional deve apresentar critérios rígidos para a



Edson Gês

formação de listas de cidadãos beneficiados com programas de moradia. Entre esses critérios estão o tempo de fixação em Brasília - no caso de migrantes, o fato de não ter outro lote no DF e o tamanho da família. Nesse ponto, é bom recuperar fatos históricos. Há mais de 10 anos, o movimento popular apresentou esses critérios

ao GDF que passou a adotá-los, mas logo nos governos seguintes tal política foi desprezada. Felizmente, no atual governo ela está sendo recuperada.

Em quinto lugar, há uma questão grave para o futuro do planejamento no DF que é a opção que o Governo deve fazer entre adensar os núcleos habitacionais já existentes ou dar continuidade à política do poli-núcleo. Esta última foi executada durante muito tempo e significa a criação de novas cidades, o que demanda despesas vultosas com toda a infra-estrutura que um núcleo habitacional implica: redes de água, esgoto, luz elétrica e telefonia. Já a primeira privilegia a criação de novas áreas habitacionais dentro do perímetro dos atuais assentamentos, aproveitando assim os equipamentos urbanos já disponíveis e sobretudo diminuindo-se as distâncias entre as cidades, o que vai repercutir na melhoria do sistema de transporte público, diminuindo-se o tempo de trajeto das pessoas

nos seus deslocamentos e o preço da tarifa.

Em último lugar, uma política habitacional democrática e eficaz deve estimular a formação de cooperativas e outras formas coletivas de organização para a construção de novas moradias. Tal política diminui os custos para cada família, desonerando-a de encargos que, de outro modo, recairiam sobre ela.

Finalmente, por uma questão de justiça e no intuito de melhor informar a opinião pública deve-se considerar que boa parte do que aqui foi exposto já vem sendo praticado pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) no Governo Cristovam. O GDF deve continuar nessa linha, aperfeiçoando sua política habitacional e dando espaço ao movimento popular como um dos protagonistas dessa luta.

■ Eurípedes Camargo é líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa